

Energia : Tomada de decisão crucial para a primeira metade dos anos 80

RENÉ G. ORTIZ
Secretário-Geral da OPEP

É um grande prazer para mim ter a oportunidade de me dirigir à 11.^a Conferência Mundial da Energia — uma reunião em que se encontram presentes proeminentes especialistas em energia, vindos de todas as partes do Mundo — como representante da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a fim de trazer ao vosso conhecimento os pontos de vista da OPEP em matéria de energia.

Embora uma revisão da situação energética mundial, visando encontrar uma solução a médio e longo prazo, tenha constituído sempre o objectivo primordial desta Conferência, tomei a liberdade de preferir encarar a situação energética a um prazo muito curto, ao apresentar as minhas observações nesta sessão de abertura.

A razão primária que esteve na base desta intenção pode explicar-se apenas por força da importância subjacente que a OPEP e os seus Países Membros conferiram ao problema da energia e, para ser mais preciso, à natureza crítica da primeira metade da década de oitenta no que respeita a uma tomada de decisão.

É desnecessário afirmar que a preocupação da OPEP pelo problema da energia se vem fazendo sentir desde há muito. A OPEP sente-se preocupada, não apenas com o esgotamento cada vez maior e mais rápido das fontes de energia não renováveis, mas também com o modo descuidado como a comunidade consumidora de petróleo — tanto nos países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento — está a tratar a situação energética, face ao qual a OPEP não pode ficar silenciosa e inactiva. A OPEP e os seus Países Membros estão convencidos da necessidade de utilizar todas as reuniões possíveis para, repetidamente, chamar a atenção do mundo sobre a deterioração da situação energética e salientar como a falta de uma solução urgente para este problema pode levar

tanto as partes inocentes como as culpadas a uma catástrofe de grandes dimensões.

Na minha opinião, a primeira metade dos anos oitenta é o período conveniente para uma tomada de decisão verdadeira e sincera, para uma implementação prática e rápida e para um esforço concertado e colectivo em que tanto os ricos como os pobres deverão ter a sua quota parte de responsabilidade.

É neste contexto que gostaria agora de fazer algumas observações, na esperança de que elas lançarão alguma luz sobre o carácter premente do problema.

Ao considerarmos os pontos cruciais de uma tomada de decisão sobre energia em relação à primeira metade da década de oitenta daremos especial atenção aos seguintes tópicos principais:

- 1) Capacidades de produção, actuais e potenciais, da OPEP e não OPEP;
- 2) Política de preços do petróleo da OPEP numa situação de mercado de petróleo mundialmente hermética, face às reservas petrolíferas em vias de rápido esgotamento;
- 3) A OPEP e o espaço concertado necessário para o desenvolvimento e abastecimento dos recursos energéticos próprios de outros países em vias de desenvolvimento.

É dentro deste enquadramento de elementos que se pode confirmar que as consequências de subestimar a importância em facilitar uma transição suave da era da energia barata para uma de energia de custos mais elevados está relacionada com o modo como o mundo em desenvolvimento — incluindo os Países OPEP — e os países industrializados poderiam cooperar de um modo mais

significativo, para tentar resolver eficazmente não apenas o problema energético mas também outras questões vitais para se alcançar uma Ordem Económica Internacional mais justa e mais equitativa.

A produção mundial de petróleo bruto aumentou nos últimos anos a uma taxa ligeiramente inferior à produção e à procura da energia primária como um todo. Mas hoje — e durante os próximos anos — ela representa ainda a fonte crescente de energia mais barata de que o mundo pode dispor.

Tem-se afirmado que a produção nas principais regiões produtoras da OPEP baixou anualmente cerca de 1 % durante o período entre 1976-1979, enquanto a produção no Mar do Norte aumentou cerca de 40 % ao ano, embora em 1979 produzisse diariamente apenas 2,3 milhões de barris. No mesmo período verificou-se na produção da América Latina um aumento superior a 6 %, devido na maior parte ao aumento da produção mexicana. Noutras áreas de expansão estavam incluídos o Canadá com 3,7 %, a África com 4,4 %, os Estados Unidos da América com 1,5 %, a Austrália e a Nova Zelândia com 2,5 %, outros países asiáticos com 5,2 % e os Países de Economia de Planeamento Central com mais de 4 %.

Em 1978-1979, a produção total aumentou em cerca de 3,3 % nos países da OPEP e aproximadamente 4,6 % nos países da OCDE, com decréscimos de 0,5 % nos Estados Unidos da América, 2,2 % nos países de economia de planeamento central e 7,9 % nos restantes. A produção de petróleo fora da OPEP, excluindo os países de economia de planeamento central, aumentou de 5,4 milhões de barris por dia, em 1978, para 5,78 milhões de barris por dia, em 1979, contribuindo com um aumento de 6,7 % na produção. O aumento total no volume da produção de petróleo pelos produtores não pertencentes à OPEP previsto para 1980 é superior a 1,1 milhões de barris por dia, ou um aumento de 5,7 %, enquanto que a produção da OPEP prevista para 1980 oscilará entre 27,4 e 29,5 milhões de barris por dia (para mais pormenores é favor consultar o Quadro 1).

Afirmámos que a actual produção mexicana de quase dois milhões de barris por dia poderia alcançar por volta de 1987 ou 1988 sete a oito milhões de barris por dia, como consequência da potencialidade altamente recuperável das suas reservas petrolíferas.

O consumo mundial de petróleo está a alcançar rapidamente a capacidade de produção mundial e, na falta de uma crescente conservação da energia petrolífera e da substituição de energia petrolífera, a capacidade projectada para os próximos anos será ultrapassada pela procura, criando assim perturbações profundas e inevitáveis do mercado.

A produção petrolífera mundial deixou de ser simplesmente um problema «técnico» da extensão das reservas recuperáveis e das políticas económicas comparativas das diferentes taxas de produção. Actualmente, o problema básico no que se refere ao abastecimento de petróleo põe-se em termos de como a OPEP e alguns países não pertencentes à OPEP podem e querem produzir. Há vários aspectos relacionados com este problema. Em primeiro lugar chegou-se à conclusão que o petróleo é finito. Alguns países produtores de petróleo estão também conscientes da necessidade de conservar as reservas existentes para alargar o período de vida da produção.

Os principais países produtores de petróleo não só estão restringindo o desenvolvimento de novas capacidades como mantêm mesmo a produção abaixo das suas capacidades. Estes países mostram-se extremamente relutantes, em parte devido à experiência passada, em manter uma parcela da sua riqueza sob a forma de bens financeiros, instáveis e sujeitos a desvalorização; e estão também preocupados com o facto de que aflusos maciços das receitas provenientes do petróleo possam vir a ter efeitos sociais e económicos disruptivos.

Parece bastante improvável que a OPEP venha a aumentar a produção num futuro previsível, uma vez que a capacidade produtiva e a produção serão restringidas mais por considerações de ordem política do que por factores técnicos. No entanto, as restrições de ordem técnica e as reservas limitadas determinarão limites superiores à totalidade do petróleo produzido na maior parte dos países da OPEP.

O abastecimento e a procura mundial do petróleo não serão afectados apenas por alterações na produção e consumo do petróleo, mas serão ainda influenciados em larga escala pelo reforço da estruturação do stock de petróleo, o que distorce a imagem da procura e do abastecimento, a curto e médio prazo. Além disso, no que concerne às capacidades potenciais, alguns países da

QUADRO 1

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO* 1979 E 1985
(Milhões de barris por dia)

	1978	1985 Projeções
OCDE	15,3	14,4 — 16,9
dos quais:		
Estados Unidos**	10,7	9,1 — 10,3
Canadá	1,7	1,5 — 1,7
Europa Ocidental	2,5	3,5 — 4,5
Japão	..	..
Austrália e Nova Zelândia	0,4	0,3 — 0,4
Países Menos Desenvolvidos	5,3	7,2 — 9,4
dos quais:		
América Latina	3,0	4,3 — 5,5
África	0,9	1,2 — 1,7
Ásia e Médio-Oriente... ..	1,4	1,7 — 2,2
OPEP	31,3	29,1 — 36,2
Todo o Mundo excluindo as EPCs ...	52,0	47,7 — 58,5
Exportações Brutas: EPCs	0,8	0,0 — 1,0
Total do Petróleo Mundial Disponível	52,8	47,7 — 58,5
Participação da OPEP em todo o Mundo	59,3	61,0 — 61,9

* Os valores incluem GNL (Gas Natural Liquefeito)

** Incluindo 0,5 milhões b/d de lucros de refinaria

.. Desprezável

OPEP, por razões políticas próprias, estão produzindo actualmente abaixo das suas capacidades produtivas. Com base nos aumentos dos preços reais do petróleo e do gás, espera-se que as capacidades de produção de alguns países membros da OPEP possam ser aumentadas de modo a compensar as possíveis baixas nas capacidades dos outros países, desde que aumentem os investimentos no sector petrolífero nesses países e seja concedido um incentivo suficiente em relação às receitas decorrentes das exportações de petróleo e de gás. No entanto, o resultado da expansão na base de recursos petrolíferos na região da OPEP dependerá, em geral, das considerações de ordem económica e política, bem como da gestão da balança energética global a longo prazo (Quadro 2).

É desnecessário afirmar, e talvez concorde comigo, que o objectivo primordial da OPEP nos anos vindouros deverá visar o aumento da idade do petróleo, no sentido de permitir um arranque real no desenvolvimento das fontes alternativas de energia e de prover os Países Membros com o tempo necessário para transformar os recursos passíveis de esgotamento em bens permanentes, através do desenvolvimento e da industrialização, de modo a poderem suportar mais tarde a infraestrutura industrial assim criada.

Este objectivo requer um aumento da base dos recursos petrolíferos através de meios convencionais e/ou não convencionais. Mas, independentemente do que se possa considerar como uma estimativa correcta da quantidade de petróleo recuperável, a sua extensão e disponibilidade, e a utilização total dos recursos convencionais tornados acessíveis por força de novas técnicas de recuperação são todos determinados pelos esforços dispendidos e pelo êxito alcançado na superação das várias restrições de ordem técnica, financeira e política que constituem um obstáculo

QUADRO 2

CONSUMO DE PETRÓLEO DA OPEP NA ZONA OCDE, 1979-1985

(Milhões de barris por dia)

	1979	1985
Produção OPEP	31,3	29,1 — 36,2
Consumo OPEP	2,2	3,2
Exportações OPEP	29,1	29,2*
Importações Brutas de Petróleo da OCDE (Petróleo OPEP)	27,4	28,4*
Percentagens das Exportações Totais da OPEP	94,2	97,2

* Valores Médios

Origem: Secretariado da OPEP

Nota: Embora a produção do petróleo bruto da OPEP projectada para 1985 (29,1 milhões b/d — baixa qualidade) tenha decrescido em comparação com o ano 1979 (31,3 milhões de b/d) deverá ter-se em conta que a comparticipação da OPEP aumentou em todo o mundo (61% em comparação com 59,3%).
Fonte: Secretariado da OPEP

significativo ao desenvolvimento adequado das reservas adicionais (Quadro 3).

Na realidade, muitos países membros da OPEP alcançaram já a optimização da sua capacidade técnica. Poderão, quando muito, manter a sua produção actual durante alguns anos, após o que entrarão em declínio. Com efeito, a possibilidade de uma produção adicional existe apenas em alguns países, não podendo tal potencial garantir esperanças irrealistas de um aumento significativo dos abastecimentos de petróleo bruto que correspondam às previsões feitas. Há, por conseguinte, uma limitação categórica, real, à expansão dos abastecimentos em muitos países da OPEP. É realmente verdade que as capacidades de produção dos países possuidores de grandes reservas possam vir a ser aumentadas, especialmente se os incentivos sobre as receitas e a prossecução de benefícios económicos lhes permitirem explorar os seus recursos petrolíferos a preços óptimos.

Os argumentos apresentados permitem-me fazer notar que, ao discutir a política de preços de petróleo da OPEP para os anos oitenta, tem que se ter presente que a OPEP não é apenas uma organização comercial internacional e que os preços de abastecimento do petróleo não devem ser considerados sob os pontos de vista económicos clássicos, como é o caso de outras organizações comerciais.

No que se refere aos países membros da OPEP, o preço do petróleo determina o nível dos seus rendimentos nacionais, contribuindo substancialmente, se não na totalidade, para o equilíbrio dos respectivos orçamentos. Desempenha igualmente um papel vital na determinação do nível de vida e no futuro desenvolvimento social. Devemos recordar ainda que, por força dos preços lamentavelmente baixos, da disponibilidade imediata e de uma aparente abundância do petróleo da OPEP, o consumo mundial de petróleo duplicou tão rapidamente quanto a actividade económica nas duas décadas anteriores aos ajustamentos do preço do petróleo ocorridos em 1973-1974, e ao primeiro aviso da OPEP acerca do rápido esgotamento dos recursos naturais dos países membros.

As considerações sobre a escassez e o custos inerentes à descoberta e ao desenvolvimento de novas fontes de petróleo e de gás bem como de novas formas de energia, mantendo ao mesmo tempo o poder real de compra dos preços da OPEP ao nível dos princípios de 1974, estão levando os países membros da OPEP à adopção de uma política de preços do petróleo que satisfará os seus objectivos a longo prazo.

A proposta prática, defendida e aceite por muitos dirigentes e empresários de todo o mundo, baseia-se no princípio da substituição, aproximando-se no entanto dos custos de fontes energéticas alternativas.

Basicamente este argumento parte do princípio de que, para encorajar gradualmente uma substituição da energia, deve-se promover um enquadramento económico susceptível de, em termos reais, manter o petróleo a preços constantes. Neste sentido deveria implementar-se um mecanismo indicador para compensar:

- (i) a inflação nos países industrializados; e
- (ii) as flutuações no valor do dolar face a outras moedas estrangeiras igualmente fortes,

tendo estas duas medidas como objectivo a restauração do valor real das receitas obtidas por força das exporta-

QUADRO 3

RESERVAS COMPROVADAS DE PETRÓLEO BRUTO NOS PAÍSES MEMBROS DA OPEP
E EM TODO O MUNDO, 1960-1979
(Milhões de barris)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Algeria	5200.0	5500.0	6500.0	7000.0	7500.0	7400.0	7250.0	6900.0	7000.0	8000.0
Equador	30.0	30.0	25.0	25.0	25.0	20.0	18.0	25.0	325.0	500.0
Gabou	150.0	150.0	150.0	150.0	170.0	175.0	200.0	350.0	465.0	500.0
Indonesia	9500.0	9500.0	10000.0	10000.0	10000.0	9500.0	9100.0	9000.0	8850.0	9000.0
Irau	35000.0	35000.0	37000.0	37000.0	38000.0	40000.0	44200.0	43800.0	54000.0	55000.0
Iraq	27000.0	26500.0	26000.0	25500.0	25000.0	25000.0	24000.0	23500.0	28000.0	27500.0
Kuwait	65000.0	65000.0	66725.0	68500.0	69225.0	68700.0	75200.0	76750.0	76500.0	74500.0
S. P. Libyan A. J.	2000.0	3000.0	4500.0	7000.0	9000.0	10000.0	20000.0	29200.0	30000.0	35000.0
Nigeria	150.0	300.0	400.0	500.0	1000.0	3000.0	3500.0	3550.0	4000.0	5000.0
Qaiar	2500.0	2750.0	3000.0	2950.0	3500.0	3000.0	4000.0	3750.0	3875.0	5500.0
Saudi Arabia	53000.0	55000.0	55750.0	65000.0	66750.0	66200.0	72500.0	81450.0	84500.0	146500.0
United Arab Emirates	.0	.0	5000.0	7500.0	7700.0	10000.0	12500.0	15000.0	19000.0	17000.0
Venezuela	18500.0	17550.0	17000.0	17000.0	17000.0	17250.0	17400.0	17000.0	15500.0	14750.0
Total OPEC	218030.0	220200.0	232050.0	240125.0	254870.0	260245.0	289868.0			
Mold Total	300986.8	309975.1	313544.1	331042.3	341272.7	353058.3	389050.4	414340.2	458045.8	523700.4
OPEC Percentage Share In World Reserves	72.4	71.1	74.0	75.0	74.1	73.7	74.5	74.9	72.5	76.1
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Algeria	8098.0	9840.0	9750.0	7640.0	7700.0	7370.0	6800.0	6600.0	6300.0	8440.0
Equador	750.0	5748.0	5750.0	5675.0	2500.0	2450.0	1700.0	1640.0	1170.0	1100.0
Gabou	700.0	750.0	1100.0	1500.0	1750.0	2200.0	2125.0	2050.0	1970.0	500.0
Indonesia	10000.0	10400.0	10000.0	10500.0	15000.0	14000.0	10500.0	10000.0	10200.0	9600.0
Irau	70000.0	55500.0	65000.0	60000.0	66000.0	64500.0	63000.0	62000.0	59000.0	58000.0
Iraq	32000.0	35990.0	29000.0	31500.0	35000.0	34300.0	34000.0	34500.0	32100.0	31000.0
Kuwait	79950.0	78198.0	72900.0	72750.0	81450.0	71200.0	70550.0	70100.0	69440.0	68530.0
S. P. Libyan A. J.	29200.0	25000.0	30400.0	25500.0	26600.0	26100.0	25500.0	25000.0	24300.0	23500.0
Nigeria	9300.0	11680.0	15000.0	20000.0	20900.0	20200.0	19500.0	18700.0	18200.0	17400.0
Qaiar	4300.0	6000.0	7000.0	6500.0	6000.0	5850.0	5700.0	5600.0	4000.0	3760.0
Saudi Arabia	141350.0	157475.0	146000.0	140750.0	173150.0	151800.0	153150.0	153100.0	168940.0	166480.0
United Arab Emirates	12783.0	20502.0	22768.0	25500.0	33920.0	32200.0	31200.0	32425.0	31316.0	29411.3
Venezuela	14000.0	13900.0	13700.0	14000.0	15000.0	17700.0	15270.0	18200.0	18000.0	17870.0
Total OPEC	412431.0	430983.0	428373.0	421815.0	484970.0	449870.0	438995.0	439915.0	444936.0	435591.3
Mold Total	611397.5	631856.2	666883.3	627856.5	715697.2	658685.7	636990.3	645847.9	641607.8	641623.5
OPEC Percentage Share In World Reserves	67.5	68.2	64.2	67.2	67.8	68.3	68.9	68.1	69.3	67.9

Fonte: Jornal do Petróleo e do Gás; Petróleo Mundial.

QUADRO 4

FLUXOS FINANCEIROS TOTAIS (BRUTOS DOS PAÍSES MEMBROS DA OPEP
AOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO E AGÊNCIAS MULTILATERAIS
(1973 - 1978)
(Milhões de dólares americanos)

	1973	1974	1975	1976	1977	1978
1. Empréstimos brutos da OPEP aos países em vias de desenvolvimento e agências multilaterais (3.+6.)	1,745.00	5,887.90	8,168.00	8,130.70	7,592.40	5,295.60
1.1. Não reembolsáveis	1,307.80	3,445.60	5,515.90	5,586.80	5,846.90	3,703.60
1.2. Reembolsáveis	438.10	2,442.30	2,652.10	2,543.90	1,745.50	1,592.00
2. OPEP e agências multilaterais largamente financiadas por empréstimos brutos da OPEP a países em vias de desenvolvimento (5.+6.)	1,351.20	3,044.00	6,553.00	6,544.90	6,282.40	5,015.50
2.1. Não reembolsáveis	1,208.20	3,131.40	5,065.60	4,949.10	5,122.40	3,515.50
2.2. Reembolsáveis	143.10	813.50	1,487.40	1,595.90	1,100.10	1,500.10
3. Empréstimos brutos da OPEP a agências multilaterais (4.+7.)	304.70	2,083.80	1,830.20	1,983.50	2,815.10	1,751.30
3.1. Não reembolsáveis	90.60	430.90	610.20	1,054.00	1,950.30	1,179.20
3.2. Reembolsáveis	205.00	1,652.90	1,220.00	920.50	855.80	572.10
4. Empréstimos brutos da OPEP a agências multilaterais largamente financiadas pela OPEP	55.6	*	*	1,053.80	2,423.80	1,255.70
4.1. Não reembolsáveis	55.6	176.00	407.10	846.00	1,750.50	845.40
4.2. Reembolsáveis	0.00	*	*	207.80	664.30	410.30
5. Agências multilaterais largamente financiadas por empréstimos brutos da OPEP a países em vias de desenvolvimento	0.00	140.80	215.20	605.10	1,505.20	1,471.30
5.1. Não reembolsáveis	0.00	116.70	159.90	422.40	1,234.80	991.10
5.2. Reembolsáveis	0.00	24.10	55.30	182.70	270.40	480.20
6. Fluxos brutos bilaterais da OPEP para países em vias de desenvolvimento	1,351.20	3,804.10	6,337.80	5,930.80	4,777.30	3,544.30
6.1. Não reembolsáveis	1,200.00	3,014.70	4,905.70	4,526.70	3,887.60	2,524.40
6.2. Reembolsáveis	143.10	789.40	1,432.10	1,413.20	889.70	1,019.90
7. Empréstimos brutos da OPEP a agências multilaterais não largamente financiadas pela OPEP ...	339.10	*	*	929.70	391.30	495.60
7.1. Não reembolsáveis	44.00	254.00	193.10	208.00	199.80	333.80
7.2. Reembolsáveis	295.00	*	*	721.70	191.50	161.80

* Desconhecido.

ções do petróleo bruto. O elemento complementar nesta proposta é o incentivo económico fornecido pelos investimentos no desenvolvimento e abastecimento de formas energéticas de alternativa, através do aumento dos preços do petróleo em termos reais, cujo resultado implicará o aparecimento em cena do factor competitividade.

O outro tópico relevante — após o que acabarei as minhas considerações neste prólogo —, é que os países membros da OPEP, apesar de todos eles estarem ainda a desenvolver-se como nações, têm vindo a manifestar uma solidariedade crescente para com os países em vias de desenvolvimento, importadores de petróleo, quer através de uma cooperação mais estreita no sentido de criar uma ordem económica mundial mais justa, equitativa e interdependente, quer prestando-lhes assistência financeira no que se refere a problemas nas respectivas balanças de pagamento e a programas de desenvolvimento.

Em relação ao último tópico referido gostaria de revelar, ilustrando com factos e números, que, em conjunto, os países da OPEP canalizaram para os países em vias de desenvolvimento, durante o período de 1974-1979, directa ou indirectamente, através de organizações e agências internacionais, cerca de 37 biliões de dólares, sob forma de fluxos financeiros, reembolsáveis e não reembolsáveis (Quadro 4).

Considerando a nossa segunda forma de solidariedade com outros países em vias de desenvolvimento, a OPEP está empenhada, a longo prazo, não só em promover a implementação rápida de programas de desenvolvimento dos seus recursos energéticos naturais, mas também um apreciável programa de desenvolvimento económico e social noutros sectores, através de um mecanismo financeiro conjunto, moderno e inovador. Segundo a OPEP, um tal mecanismo poderia ser benéfico, quer económica quer tecnologicamente, tanto para os países em vias de desenvolvimento, na obtenção dos níveis de desenvolvimento e prosperidade que desejam alcançar, como para

os países industrializados, contribuindo para a continuidade dessa mesma prosperidade.

Os estudos publicados revelam que os países em vias de desenvolvimento, deficitários em petróleo, têm um potencial real para desenvolverem as respectivas produções energéticas, vindo a alcançar gradualmente a sua auto-suficiência em matéria de energia. Em relação aos recursos em hidrocarbonetos, constatou-se que 70 países em vias de desenvolvimento dispunham de potencialidades para a produção de petróleo e de gás, dos quais apenas 22 já produzem petróleo e gás ou estão em vias de o fazer. Dos restantes, 38 estão na perspectiva de descobrir quantidades significativas de petróleo que possam responder às suas necessidades próprias, mas somente em 7 a exploração tem sido adequada enquanto noutros 7 se tem processado apenas moderadamente.

Embora seja necessário estabelecer planos financeiros não reembolsáveis (Quadro 5), bem como reciclar os excedentes em contas correntes entre os países em vias de desenvolvimento, no sentido de diminuir os seus problemas financeiros a curto e médio prazo, gostaríamos de salientar que a solução a longo prazo para as necessidades energéticas dos países em vias de desenvolvimento, importadores de petróleo, poderá ser encontrada apenas num programa que vise o desenvolvimento dos seus vastos recursos energéticos nacionais que, actualmente, estão praticamente inexplorados. Com este objectivo em vista, a OPEP propõe, conforme já referido, um significativo esforço financeiro internacional.

Em resumo, durante a primeira metade da década de oitenta, ou seja num espaço de tempo relativamente curto, e tendo em consideração as inúmeras restrições, a responsabilidade da comunidade internacional deve concentrar-se especialmente nas seguintes decisões inadiáveis:

- 1) Implementar com firmeza políticas de conservação de energia baseada no petróleo, nos principais países consumidores e importadores de energia;

QUADRO 5

PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO NÃO PERTENCENTES À OPEP: NECESSIDADES EM INVESTIMENTOS NO SECTOR ENERGÉTICO, 1978-2000

(Milhões de dólares americanos em 1979)

<i>Produção (1000 b/d)</i>	<i>Petróleo</i>	<i>Gás Natural</i>	<i>Carvão</i>	<i>Hidroelectricidade</i>	<i>Total</i>
1978	4 264	953	2 635	501	8 353
Procura de Energia=Abastecimento Nacional (1000 b/d)					
1990	11 461	1 246	4 411	986	18 224
2000	17 207	1 845	6 488	1 753	27 293
Necessidades em Investimentos					
1990	86 364	1 846	10 656	40 529	139 395
2000	155 316	5 620	23 118	104 623	228 677
Investimento Médio Anual					
1978-2000	7 060	255	1 051	4 756	13 122

Fonte: Secretariado OPEP, Junho de 1980

-
- 2) Promover a expansão dos recursos-base nos países produtores de petróleo através da exploração e de novas técnicas de recuperação;
 - 3) Aumentar a assistência financeira e tecnológica aos países em vias de desenvolvimento, deficitários em energia, no sentido de os ajudar a lutar com sucesso com as suas necessidades actuais e nos seus esforços para desenvolver os seus próprios potenciais energéticos; e
 - 4) Desenvolver e promover de imediato formas alternativas de energia num ambiente económico mundialmente adequado.

Concluindo, permitam-me afirmar que a implementação, em tempo, de tais políticas nos permitirá a todos alcançar uma transição, suave e bem sucedida, do petróleo para fontes alternativas de energia.

O equilíbrio, delicado e frágil, entre o abastecimento e a procura na actual situação energética mundial requer, sem dúvida, medidas mais concretas do que as que foram tomadas até agora. Conforme já tive oportunidade de realçar, elas implicarão no final de contas não somente um aumento acelerado no abastecimento de energia de todas as fontes possíveis, mas produzirão também uma mistura de petróleo e não petróleo mais realística.

ASSINATURA ANUAL DA

Electricidade

energia • electrónica

500\$00 durante o ano de 1981

envie cheque ou vale postal à EDEL

Rua D. Estefânia, 48-3.º, Esq.

1000 LISBOA